



## **A TRANSIÇÃO DA PRÉ-ESCOLA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: O DESAFIO DE ALFABETIZAR E LETRAR NA ESCOLA**

<sup>1</sup> Isabel Lopes Fonseca, autora;  
<sup>2</sup> Maria Cícera Sandes Araujo, autora;  
<sup>3</sup> Maria José de Brito Araujo, autora;  
<sup>4</sup> Nayara batista da Silva, autora.

<sup>1</sup> UNEAL, [isabellopesff@yahoo.com.br](mailto:isabellopesff@yahoo.com.br);  
<sup>2</sup> UNEAL, [cici.bezerra29@gmail.com](mailto:cici.bezerra29@gmail.com);  
<sup>3</sup> UNEAL, [maria.araujo@uneal.edu.br](mailto:maria.araujo@uneal.edu.br);  
<sup>4</sup> UNEAL, [naysilva1603@gmail.com](mailto:naysilva1603@gmail.com);

## **1 Introdução**

Este artigo resulta da experiência vivenciada no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), no período de junho de 2018 a junho de 2019 e das observações realizadas no Estágio de Educação Infantil em um Centro de Educação Infantil do município de Arapiraca, em junho de 2019.

Assim sendo, discutiu-se acerca do processo de transição da Pré-escola para o Ensino Fundamental, enquanto um momento delicado à criança, considerando que a ruptura da ludicidade como elemento principal da aprendizagem na Educação Infantil, dá lugar a uma nova metodologia de ensino que se mune de atividades sequenciadas e de conteúdos curriculares diversos que acabam tornando essa transição exaustiva para a criança.

Assim, a maneira como a criança é recebida e a forma como se dá o processo de ensino e aprendizagem na escola faz com que a mesma desenvolva ou não, o desejo de estar naquele espaço. Traz-se ainda, reflexões acerca da alfabetização e letramento como processos indissociáveis, que devem agregar os conhecimentos trazidos pelas crianças em suas vivências diárias, e a importância de se compreender essa transição respeitando os direitos de aprendizagem e as normas legais que regem a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

## **2 Legislação, educação infantil e as interfaces da ludicidade**

A educação infantil é legalmente instituída como a primeira etapa da educação básica e, portanto, alicerça todo processo educacional do indivíduo ao longo de sua vida. Dada sua importância, se faz necessário ter clareza dos direitos garantidos constitucionalmente às crianças, bem como pôr em prática o que legalmente se determina para sua formação integral.

A Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/1996), os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular, vêm ao longo dos anos trazendo elementos que propiciam a melhoria da qualidade da educação infantil, garantindo que a criança enquanto sujeito histórico e de direitos, tenha acesso à educação de acordo com sua faixa etária e de forma prazerosa, estabelecendo o cuidado e a brincadeira como eixo fundamental no processo de ensino/aprendizagem na creche e na pré-escola.

Com a promulgação da Lei nº 12.796/13 que dispõe sobre a obrigatoriedade do ingresso da criança de quatro anos na Educação Infantil (Pré-escola), antecipa-se sua entrada no Ensino Fundamental, onde a interação e a brincadeira que possibilitava à criança aprender através de seus próprios movimentos, do olhar para o outro e da integração entre os diferentes, possibilitando-lhe apropriar-se e produzir significados de forma lúdica, é substituída por uma nova fase de aprendizagem cujo foco é a alfabetização e o letramento.

Nessa fase, a ludicidade presente na Educação Infantil deixa de ser o principal recurso para a aquisição do conhecimento, e o desafio que se estabelece é o de alfabetizar a criança a partir de um currículo pré-determinado pela instituição escolar.

O professor, na relação com a criança do primeiro ano, precisa conhecer o seu próprio aspecto lúdico para brincar e brincar e brincar, proporcionando a troca de papéis entre os alunos, problematizando questões de toda ordem[...]. Conteúdos são bem-vindos desde que o foco não se restrinja a eles, mas se ampliem na experiência da criança e na sua capacidade de expressão. Aliás, o sujeito da aprendizagem é a criança de seis anos e não o ensino. (TIERNO apud PAZ e OLIVEIRA, 2017, p.35).

As crianças que na pré-escola estavam acostumadas à ludicidade presente em todo período escolar, passam para uma série em que a brincadeira constante dá lugar a tarefas sequenciadas e, a falta de habilidades com a Educação Infantil que muitos professores do Ensino Fundamental não dispõem, causa um estranhamento na relação ensino/aprendizagem/ludicidade, e uma exaustão na execução das tarefas.

Dessa forma, buscou-se entender: Que elementos contribuem para que o processo de alfabetização se torne um momento de dor e não de prazer pela descoberta de algo tão fundamental para a sua vida escolar? Porque o processo de alfabetização na escola pública se dá distanciando-se da ludicidade?

Sabe-se que o processo de alfabetizar e letrar exige do professor competência e habilidade e, como afirma Simonetti (2008), que leve em consideração os fatores econômicos e culturais onde a criança está inserida, para que a aprendizagem tenha significado para a mesma. Isso dá a certeza, como afirma Torres (apud SIMONETTI, 2008, p.15), o processo de alfabetização e letramento não se dá apenas na escola. "Não acredito que possamos atribuir à escola toda responsabilidade de formar o cidadão alfabetizado de que se necessita: leitor crítico, leitor versátil, escritor criativo, escritor competente". A tarefa alfabetizadora ultrapassa, e muito, a escola.

Ainda sobre a questão, Saraiva (2001, p. 31) afirma que:

Saber ler e escrever é, na verdade, mais do que dominar um instrumento, pois o usuário integra-se na prática social: o sujeito traz para a escola o seu cotidiano e o conhecimento adquirido volta para o cotidiano. Isto requer uma metodologia que se concentre na linguagem escrita como forma de inserção na vida do sujeito e deste na realidade letrada.

São as vivências da Educação Infantil somadas as vivências sociais da criança, que traz para as primeiras séries do ensino fundamental, um acervo de saberes a ser desenvolvidos no 1º ano e nos anos seguintes. As reflexões das pesquisadoras buscam compreender porque a criança não demonstra prazer no processo de aprendizagem no 1º ano, e porque a ludicidade é posta de lado, sendo trabalhada esporadicamente, quando o foco se torna alfabetizar e letrar, uma vez que a própria legislação lhes assegura essa continuidade lúdica.

### 3 A chegada da criança na escola

A criança que sai da pré-escola e ingressa no Ensino Fundamental, chega na sala de aula com as memórias das relações vividas na Educação Infantil. Isso faz com que esteja sempre querendo brincar, e as reclamações da quantidade de tarefas são constantes. Ela pergunta sempre se já está próximo da hora de ir para casa, reclama do cansaço, sente necessidade de estar em movimento. O espaço cheio de cor e diversão dá lugar a letras e números e os brinquedos são substituídos por caderno e lápis. A rotina antes estabelecida dividia o tempo das atividades de forma a evitar o cansaço e desinteresse da criança. Diante desta problemática, questiona-se: O que fazer para tornar o processo de Ensino/Aprendizagem agradável? Como o professor pode recepcionar este aluno, acostumado com uma rotina mais branda?

Assim sendo, está posto o desafio que exige do professor sensibilidade, competência e habilidades, que mostrem ao aluno o sentido e/ou significado de estar na escola, que o instigue a gostar do ambiente que quer fazer dele um leitor.

O processo de aprendizagem acontece de forma gradativa, assim, é preciso que a escola esteja preparada para dar continuidade aquilo que a criança traz de conhecimento, levando em conta o processo de adaptação à nova realidade e a hipótese de que nem sempre na pré-escola são desenvolvidas as habilidades necessárias à idade da criança; por isso, quando ela adentra no Ensino Fundamental o professor não precisa apenas alfabetizar, mas também fazer com que ela se desenvolva integralmente.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aponta a necessidade de articulação do conteúdo do 1º ano do Ensino Fundamental com as experiências vivenciadas na Educação Infantil, uma vez que as crianças vivem uma fase de transição importante para a sua formação como indivíduo social.

Nessa fase, amplia-se a autonomia intelectual da criança. Ela percebe as coisas com maior clareza, está sempre atenta às novas descobertas, interage com os outros com maior confiança e segurança e se afirma entre seus pares, reconhecendo sua própria identidade diante deles. Todo esse processo de transição que perpassa a vida da criança pequena, traz desafios que se apresentam de diversas formas, uma vez que nenhum indivíduo é igual ao outro e que cada um recebe influência da família e do meio social em que vive.

Esse processo transitório é um marco importante para a criança, e pode trazer para sua vida consequências positivas ou negativas que podem interferir no seu desejo ou não por aprender ou frequentar a escola como consta nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI).

A passagem da educação infantil para o ensino fundamental representa um marco significativo para a criança podendo criar ansiedades e inseguranças. O professor de educação infantil deve considerar esse fato desde o início do ano, estando disponível e atento para as questões e atitudes que as crianças

possam manifestar. Tais preocupações podem ser aproveitadas para a realização de projetos que envolvam visitas a escolas de ensino fundamental; entrevistas com professores e alunos; programar um dia de permanência em uma classe de primeira série (BRASIL, 1998, vol.1, p.84).

É necessário, portanto, que haja uma preocupação da escola em preparar-se de forma estrutural e pedagógica, para receber as crianças e dar continuidade ao processo de aprendizagem sem romper bruscamente com a brincadeira que faz parte do processo natural de seu desenvolvimento.

É preciso garantir que as crianças sejam atendidas nas suas necessidades (a de aprender e a de brincar), que o trabalho seja planejado e acompanhado por adultos na educação infantil e no ensino fundamental e que saibamos em ambos, ver, entender e lidar com as crianças como crianças e não apenas como estudantes (KRAMER apud PAZ; OLIVEIRA 2017, p. 28).

A exigência trazida pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é que esse processo de transição se dê gradativa e continuamente seja respeitado, e que o professor tenha um olhar pedagógico voltado para a infância e esteja habilitado para trabalhar com ela essa transição. Uma vez que tem mais tempo para dedicar-se a alfabetizar e letrar, ele precisa envolver a criança, para que a mesma tenha desejo pela descoberta e decifração do código alfabético e possa compreender a escola como um espaço de aprendizagem. E a escola, ambiente onde o aluno passa boa parte de sua vida, deve se tornar para ele atrativa e desejável. Neste sentido, entende-se que a ludicidade não suprime a disciplina e a rotina necessária para aprender, mas integra conteúdos e facilita a compreensão.

#### **4 A transição para o ensino fundamental**

A escola é um espaço que comporta em seu universo as diversas expressões e vivências de mundo trazidas pelos alunos, e a sala de aula é o local onde se torna possível trabalhar essa diversidade de forma positiva. A criança tem várias formas de enfrentar os medos e os desafios, que se apresentam nessa transição e nas diferentes fases de sua vida se expressam de maneiras diferentes em cada uma. Algumas externalizam seus medos pelo choro, outras pela algazarra, outras pela postura retraída, carinhosa ou agressiva. E nesse turbilhão de emoções, o professor exerce diferentes papéis na sala de aula, para poder concluir o ciclo de alfabetização de forma exitosa. Ao estabelecer uma relação amistosa e de confiança com seus alunos, ele também estabelece uma relação de confiança e respeito, o que lhe permite trabalhar com mais tranquilidade.

As expressões que se revelam em sala de aula trazem muito daquilo que se apresenta para a criança no meio em que vive. A influência religiosa, social, cultural, familiar, ultrapassa as paredes da escola e o professor, tem que lidar constantemente com a falta de estrutura familiar e social, para poder alfabetizar e letrar, o que lhe exige habilidade e qualificação

profissional, diante de um cenário em que a relação família/escola está cada vez menos intensa e as necessidades de se manter no mercado de trabalho, tem dificultado ainda mais as relações entre pais e filhos e entre a família e a escola.

Se no 1º ano do ensino fundamental, as crianças pequenas são recém ingressas em um novo método de aprendizagem, que intenciona a alfabetização e o letramento, se faz necessário e indispensável o apoio dos pais ou responsáveis para facilitar esse processo. É preciso “entender que a criança é um ser de desejos e o que vai aprender dependerá também dele” ( SIMONETTI, 2007, p. 61).

As características dessa faixa etária demandam um trabalho no ambiente escolar que se organize em torno dos interesses manifestos pelas crianças, de suas vivências mais imediatas para que, com base nessas vivências, elas possam, progressivamente, ampliar essa compreensão, o que se dá pela mobilização de operações cognitivas cada vez mais complexas e pela sensibilidade para apreender o mundo, expressar-se sobre ele e nele atuar (BNCC, pp. 56-57).

Quando se fala em alfabetização, é preciso refletir sobre alguns fatores importantes para que a mesma aconteça de maneira eficaz. Deve-se considerar a habilidade e afinidade do professor em ser mediador no processo de aprendizagem da leitura e escrita; o meio em que o estudante está inserido, que influencia no seu interesse ou desinteresse em querer aprender; as condições de trabalho, que passam pelo material didático (in)disponível, a infraestrutura da escola, a lotação de alunos por sala, a falta de apoio, habilidade e acompanhamento do corpo pedagógico, etc. Esse texto não se atém a estes elementos, mas é indispensável mencioná-los como desafios.

Considera-se que a escola e o próprio professor devem ter o comprometimento ético/político de reconhecer as habilidades de ser ou não alfabetizador, de maneira que para alfabetizar, o professor(a) precisa conhecer como acontece o processo de apropriação da leitura e escrita. Simonetti (2007) afirma que a alfabetização e o letramento são processos indissociáveis, independentes e simultâneos que se confundem e se fundem. Portanto, conforme Soares (2003), alfabetizar não é apenas colocar a criança em contato frequente com a cultura da escrita. Isso é para ela uma desinvenção da alfabetização. É preciso que a criança escreva e compreenda o que escreveu; que seja capaz de fazer leituras de texto e de mundo; nisso consiste o letramento, que antecede a própria escrita. A autora afirma que “ é preciso, a esta altura, deixar claro que defender a especificidade do processo de alfabetização não significa dissociá-lo do processo de letramento” ( SOARES 2003 apud SIMONETTI, 2007, p. 22).

O letramento ocorre na leitura e na interpretação de diferentes gêneros textuais e nas leituras de mundo que a criança traz consigo, nas cantigas de roda, na leitura de rótulos, nas brincadeiras de rimas, nos contos de fadas, etc. Aquilo que para ela tem significado é também de mais fácil aprendizagem.

Percebe-se na experiência pibidiana, que as atividades nas quais as crianças encontram figuras comuns, no seu dia a dia, são mais rápidas de serem aprendidas. Assim também é com as histórias que são contadas de forma lúdica, e com as atividades trabalhadas com material concreto, como os jogos, as atividades de leitura com letras móveis, o material dourado, colagens ou pinturas.

Outro momento muito rico é a roda de conversa agregando todos em um círculo para se falar de diversos conteúdos, inclusive para os momentos de contação de histórias. Na roda, as crianças participam, falam de suas experiências, expressam seus sentimentos, ouvem e comentam os conteúdos, para posteriormente realizarem as atividades pertinentes ao que foi discutido. Na sala de 1º ano onde o Pibid está presente, essa é uma atividade rotineira de uma riqueza ímpar, que faz jus ao que está posto na legislação, integrando os conteúdos e proporcionando interação entre crianças e professores.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos, em seu artigo 29 e parágrafo 1º:

O reconhecimento que os alunos já aprenderam antes da sua entrada no ensino fundamental e a recuperação do caráter lúdico do ensino contribuirão para melhor qualificar a ação pedagógica junto às crianças, sobretudo nos anos iniciais dessa etapa da escolarização (DCNEF, art. 29).

O processo de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental, também se torna mais exaustivo quando a base que o aluno traz da Educação Infantil não contempla as dimensões devidas e as habilidades previstas para esta etapa, ou quando a criança não frequentou a pré-escola na idade certa e seu primeiro contato com a escola é no ano em que ela precisa aprender a ler e a escrever. Dessa forma, a aprendizagem se torna mais lenta e fatigante.

## **5 Procurando respostas**

Embora seja obrigatória a matrícula da criança na pré-escola desde 2016, nota-se uma inadequação das escolas para recebê-las e mais que isso, há uma desqualificação ou inabilidade profissional e uma visão distorcida dos pais que julgam que a Educação Infantil ou pré-escola é só para brincar, desconhecendo a importância da brincadeira para esta fase, não levando a sério a assiduidade das mesmas na escola.

Essa ausência de comprometimento da família com a frequência da criança também se estende ao primeiro ano do ensino fundamental, no qual alguns alunos que faltam muito à escola, apresentam maiores dificuldades de aprendizagem, carecendo de maior atenção quando estão presentes. Além das ausências em sala de aula, também foi constatado que a grande maioria das crianças não tem contato rotineiro com livros, revistas, contação de histórias ou outros gêneros textuais no ambiente familiar. A criança que vive em um ambiente

leitor apresenta maior facilidade no processo de alfabetização e letramento. Saraiva afirma que “a função mais importante do livro infantil é despertar o interesse e o imaginário da criança” (SARAIVA, 2001, p.78).

Nesse despertar da criança leitora, ela se identifica com os personagens da história, imaginam o cenário, transformam-se em heróis e adoram os finais felizes, como se elas mesmas vivenciassem as aventuras ou desventuras das histórias. A literatura trabalhada ludicamente com a criança, permite ao professor fazer uso da interdisciplinaridade, incluir temas transversais e, despertar a curiosidade e a criatividade, além de usar os elementos da história para trabalhar o conteúdo desejado. Aqui, alfabetização e letramento se tornam um momento de aprender prazerosamente.

O que se percebe ao longo deste período, quando as residentes estão inseridas no Programa de Iniciação à Docência, na experiência de Estágio em Educação Infantil e nos diálogos estabelecidos com alunos e professores, reforça aquilo que foi estudado na academia. A aprendizagem é um processo que necessita de um conjunto de fatores para ser efetivada de forma eficaz.

Nesse sentido, necessita da colaboração e participação da família como primeiro *locus* de convívio e desenvolvimento humano, da sociedade e seus complexos, que também promovem a aprendizagem nos diferentes grupos sociais, dos governos cuja parcela de incentivo é mínima tanto no que diz respeito à infraestrutura quanto à formação continuada e valorização do profissional da educação e da escola, que não dão as condições necessárias para que o professor possa planejar aulas mais dinâmicas, não utiliza adequadamente seus espaços de formação e oferece poucos momentos de capacitação, do professor que por sua falta de identificação em trabalhar com o primeiro ciclo da alfabetização no ensino fundamental, desconhece questões indispensáveis para serem trabalhadas na infância, não apresenta motivação para este ciclo e assim, torna esse momento mais difícil do que deveria ser para a criança, frustrando-a e tirando dela o interesse pela escola.

Organizar o trabalho pedagógico da escola e da sala de aula é tarefa individual e coletiva de professores, coordenadores, orientadores, supervisores, equipes de apoio e diretores. Para tanto, é fundamental que se sensibilizem com as especificidades, as potencialidades, os saberes, os limites, as possibilidades das crianças e adolescentes diante do desafio de uma formação voltada para a cidadania, a autonomia e a liberdade responsável de aprender e transformar a realidade de maneira positiva (KRAMER, 2007, p.11).

Na escola onde as pesquisadoras desenvolveram suas observações, a inadequação do espaço escolar força uma dinâmica de atividades, que geralmente suprimem o direito das crianças. O horário de recreio, por exemplo, que deveria ser de 30 minutos é reduzido para 15 minutos, tirando da criança o direito à hora da brincadeira, uma vez que esse tempo dá apenas para lanche. O barulho das outras



crianças que alternam o horário interfere no desenvolvimento das atividades em sala de aula e, considerando que algumas podem ser realizadas na área externa da sala. Essa é uma realidade de muitas outras escolas públicas municipais cuja estrutura não favorece o atendimento adequado à criança.

Embora os profissionais se esforcem para cumprir bem seu papel, fatores estruturais os impedem de fazê-lo de maneira zelosa, cuidadosa e prazerosa. Mas é um orgulho ver o esforço e a dedicação com que alguns professores tratam o processo de alfabetização e se debruçam para que os objetivos do planejamento escolar sejam atendidos de forma satisfatória.

## **CONCLUSÃO**

Nossas análises, aqui fundamentadas teoricamente, nos trouxeram a clareza de que aquilo que é estabelecido legalmente não se cumpre na realidade, principalmente, por parte do governo que a sanciona. As inúmeras dificuldades que se apresentam para os professores exigem deles, o que é humanamente impossível numa sala de aula superlotada com crianças cujo descompasso da educação doméstica exige dele muito mais habilidade e paciência. Verificamos que a legislação não estabelece um número mínimo de criança em salas, porém, tal situação é delegada aos Estados e Municípios, que se aproveitam desta abertura para lotar as salas de aula, prejudicando assim a qualidade de ensino e comprometendo a saúde do profissional.

As escolas não dispõem de psicólogo para atendimento às crianças e professores, as crianças com necessidades especiais não são atendidas por profissionais qualificados, enquanto, os profissionais muitas vezes sobrecarregados de trabalho, não desempenham bem o seu papel ou se tornam um super herói no processo de alfabetizar e letrar.

Diante do exposto, fica claro que o processo educacional da criança só pode se efetivar com eficiência e eficácia se todos os fatores acima mencionados forem levados em consideração e estiverem conjuntamente integrados. Para tanto é indispensável a melhoria da infraestrutura escolar, a valorização e formação continuada dos profissionais envolvidos neste processo e uma relação mais próxima entre escola e família e entre a gestão dos Centros de Educação Infantil com as Escolas de Ensino Fundamental. Somente dessa forma é possível se cumprir a lei que determina a proteção, o cuidado e o desenvolvimento integral da criança considerando a dimensão lúdica, os jogos e as brincadeiras como ferramentas pedagógicas indispensáveis à aprendizagem.

Outrossim, consideramos que a escola só pode cumprir seu papel de forma integral, se adequar-se às necessidades reais dessa transição, melhorando seu currículo, seus espaços e a sua prática pedagógica, tendo a aprendizagem como elemento principal e

fundante da instituição e voltando seu trabalho para a garantia dos direitos da aprendizagem da criança.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Brasília: 1988. Senado Federal. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em 20/07/2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação: Secretaria da Educação Básica: **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**: A criança no ciclo de alfabetização. Caderno 02. Brasília, 2015. Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). Acesso em 14/07/2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [www.senado.leg.br](http://www.senado.leg.br). Acesso em 13/07/2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação: Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Vo I,I,II,III Brasília: MEC/SEF. 1998. Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). Acesso em 13/07/2019.

\_\_\_\_\_. CNE/CEB. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília. 2010. Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). Acesso em 12/07/2019.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). Acesso em 14/07/2019.

**Base Nacional Comum Curricular**: terceira versão. Disponível em: [www.mec.org.br](http://www.mec.org.br) – Acesso em 15/07/2019.

PAZ, Anne Caroline dos. OLIVEIRA, Renata F. Nabas. **A importância do olhar pedagógico na Transição da educação infantil para o Ensino fundamental**. Trabalho de Conclusão de Curso. Lins – SP, 2017.

RICARDO, Stella M. Bortoni. SOUSA, Maria A. F. **Falar, Ler e Escrever em Sala de Aula**. São Paulo: Parábola editorial, 2008.

SARAIVA, Juracy Asmann. **Literatura e Alfabetização**: Do plano do choro ao plano de ação. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SIMONETTI, Amália. **O Desafio de Alfabetizar e Letrar**. Fortaleza: IMEPHI. 2007.